

## Data venia

A revelação de que delatores da JBS tentaram manipular o Judiciário mergulhou o Supremo em um clima de perplexidade e irritação. Informada sobre o conteúdo chulo das citações ao seu nome, a presidente da corte, Cármen Lúcia, pediu para ouvir os áudios e avisou que haveria reação enérgica. Outros integrantes do STF classificaram o caso como um “absurdo”. Relator da Lava Jato, Edson Fachin, foi criticado. Embora amargo, pregou “a luz do sol” como o único remédio para a crise.

## Lei do retorno

A Procuradoria e o STF esperam reação raivosa do Congresso – e ela virá. A ideia é usar a CPI que vai apurar irregularidades em empréstimos do BNDES para JBS para expor Rodrigo Janot e Marcello Miller.

## Lei do retorno 2

A primeira medida será pedir a quebra dos sigilos telefônico e bancário de Miller. Há quem pregue que a mesma medida seja adotada em relação ao escritório Trench Rossi e Watanabe, que o contratou logo após ele deixar a PGR.

## Antídoto

A banca de advocacia já está conduzindo investigação interna. A PGR pediu explicações sobre o desligamento de Miller, em julho. Os resultados serão enviados às autoridades.

## Você amanhã

Advogados de citados na delação da JBS pregam que seja aplicada a Janot a teoria do domínio do fato. Dizem que o procurador-geral não poderia ignorar a ilicitude de seu subordinado, em referência a Miller.

## Não era assim

Aliados do procurador-geral expressaram solidariedade irrestrita a ele nos grupos de debate do MPF. Pessoas próximas dizem ainda que Miller não era íntimo de Janot quanto querem fazer parecer hoje.

## Em série

A CPI não será a única frente de resposta à PGR. Parlamentares articulam reativar o debate na Câmara sobre o projeto do abuso de autoridade que já foi aprovado pelo Senado.

## Na agulha

Os advogados do presidente Michel Temer estão a postos. Se Janot de fato apresentar nova denúncia, solicitarão de imediato a anulação da delação da JBS.

## Lembrete

Até aliados de Temer admitem que a euforia com a reviravolta no caso da JBS foi rapidamente contida pela imagem dos mais de R\$ 22 milhões atribuídos ao ex-ministro Geddel Vieira Lima.

## Upgrade

O relatório da medida provisória que mantém Moreira Franco (Secretaria-Geral) com status de ministro também altera a posição de Gustavo Rocha, agora secretário de assuntos jurídicos, no organograma do governo.

## Upgrade 2

A estrutura comandada por Rocha – antes subchefe para assuntos jurídicos – sairá da alçada da Casa Civil e irá para a da Presidência, ficando subordinada diretamente a Temer. Passará a se chamar Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. A alteração foi feita pelo relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a pedido do Planalto.

## Venham a mim

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, acertou a liberação de emendas atrasadas desde 2015 a deputados estaduais. A verba, cerca de R\$ 1 milhão por parlamentar, deve ser disponibilizada a partir da semana que vem.

Se mentiram e tiveram a ajuda do procurador, a delação se fragiliza e as provas se tornam frutos de uma árvore envenenada

DE CARLOS VELLOSO, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre os áudios de delatores da JBS que podem imputar o ex-procurador Marcelo Miller.

## Contraponto

### Minha parte no bolo

Nesta terça (5), quando as malas de dinheiro atribuídas ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) viraram motivo de piada nos corredores do Congresso, parlamentares aproveitaram seus minutos na tribuna para fazer troça do peemedebista.

Durante o debate sobre a TLP, a taxa de longo prazo para os empréstimos do BNDES, Roberto Requião (PMDB-RS) criticava a proposta, classificando-a como “tão ou mais irresponsável do que a atitude do Geddel”:

– Um adendo, presidente: todos aqui sabem que o Geddel, desde menino, guardava a sua poupança! A PF não tem imagens dos cofrinhos, mas filmou acumulado.

# Opinião

leitor@oestadoms.com.br

## Editorial

# A lista de Janot

No fim da tarde de ontem (5) a PGR (Procuradoria-Geral da República) denunciou políticos do Partido dos Trabalhadores. Entre eles estão os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A dupla que esteve à frente do país por pouco menos de 14 anos é acusada de participar de uma organização criminoso para desviar dinheiro da Petrobras.

O procurador-geral, Rodrigo Janot, também denunciou os ex-ministros da Fazenda Antonio Palocci e Guido Mantega; a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), e seu marido, o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo; e os ex-tesoureiros do partido João Vaccari e Edinho Silva, atualmente prefeito de Araraquara (SP).

Nos bastidores o inquérito foi

apelidado de “quadrilhão do PT”, em razão da ligação de pessoas do partido com o esquema. Mas é preciso ter cautela. A denúncia não deve se resumir apenas ao PT. Na sexta-feira, Janot denunciou o “quadrilhão do PP”.

O PMDB, do partido de Michel Temer, é alvo de dois inquéritos. Um apura a participação de deputados e outro de senadores no suposto esquema na Petrobras. Ambas as investigações estão em fase final e Janot deve oferecer denúncia nos próximos dias, antes de deixar o cargo, já que ele sai da PGR no próximo dia 17.

Não se surpreenda. A lista de Janot deve aumentar brevemente. Agora, é esperar que o STF (Supremo Tribunal Federal) se manifeste a respeito das denúncias.

## Marcos Borges



# O transporte intermunicipal em MS

Rosildo Barcellos

Considerando que a regulação e a fiscalização das atividades de fretamento passaram a exigir mecanismos de controle mais eficientes com vistas a assegurar sua qualidade e segurança; a agência reguladora, do nosso Estado, muito bem administrada pelo experiente e competente Youssef Domingos, não tem medido esforços para implementar ações enérgicas nas estradas e rodovias do nosso estado. Isto posto, acatando uma de nossas sugestões, modernizou a emissão do certificado de vistoria semestral dos veículos que fazem o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. Um novo sistema foi implantado pela Agepan (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos), o que torna mais ágeis e econômicos os procedimentos para emitir o certificado. Com a implantação do Certificado de Vistoria via Web para os cerca de dois mil veículos das 150 empresas operadoras, tanto de linha regular quanto de fretamento a fiscalização se torna cada vez mais eficiente. Aproveito e explico as licenças normalmente existentes e exigíveis:

A) LVE (Licença para Viagem Eventual/Turística) – aquela emitida para cada viagem, relativa ao deslocamento de pessoas com origem e destino definidos, realizada em caráter ocasional, com ou sem interesse turístico, com relação de passageiros transportados, firmado por meio de contrato para o transporte de um grupo fechado de pessoas;

B) LFC (Licença para Fretamento

Contínuo) – aquela emitida para cada mês-calendário, relativa ao deslocamento de pessoas em circuito fechado, por período determinado, com quantidade de viagens, frequência e horários predefinidos, firmado por meio de contrato, destinado ao transporte, dentre outros, de empregados ou colaboradores de pessoa jurídica;

C) LFE (Licença para Fretamento Estudantil) – aquela emitida para cada mês-calendário, relativa ao transporte de pessoas com as mesmas características de fretamento contínuo,

Uma fiscalização constante e eficaz fará com que ‘clandestinos’ não se arrojem

visando ao deslocamento de docentes, discentes e técnicos de instituição de ensino, de associados de agremiação ou associação estudantil legalmente constituída.

São aceitos três tipos de contrato: Contrato Pessoa Jurídica, sendo ela instituição de ensino ou entidade estudantil; Contrato Pessoa Física Coletivo, com alunos da instituição de ensino indicada no contrato, devendo um aluno representar o grupo, e Contrato Pessoa Física Individual, com aluno da instituição de ensino com contrato em seu nome.

Importante ressaltar que os usuários dos serviços de fretamento, em quaisquer de suas modalidades, de-

verão estar obrigatoriamente cobertos por seguro de responsabilidade civil para o veículo destinado a prestação do serviço, com cobertura mínima de R\$ 60 mil por poltrona ofertada.

Por derradeiro, informo que são documentos de porte obrigatório durante toda a viagem, em qualquer das modalidades de fretamento: Licença de Viagem emitida pelo Sistema; Certificado de Vistoria da Agepan; Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil e a Comprovação da contratação do serviço prestado, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: voucher, contrato ou nota fiscal.

Certamente que uma fiscalização constante e eficaz fará com que “clandestinos” não se arrojem a realizar este transporte o que pode causar muitos transtornos a população das cidades interioranas e a ação enérgica na cobrança destes quesitos (tantos dos alunos, vereadores professores, usuários em geral, turistas e da Agepan com apoio da PRF) garantirá a regularidade do setor tanto no âmbito trabalhista, previdenciário, como social.

O diretor de Normatização e Fiscalização da Agência, Ayrton Rodrigues, convidado a falar sobre o assunto, asseverou: “Um veículo que faz esse serviço de forma particular, visando apenas a seu próprio lucro, não tem compromisso com o passageiro, não vai dar as coberturas obrigatórias em caso de imprevistos, não oferta as gratuidades previstas em lei e ainda prejudica todo o sistema”.

Articulista

Os artigos assinados publicados neste espaço são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião do jornal O Estado de Mato Grosso do Sul

o Estado  
MATO GROSSO DO SUL

Fundado em 2 de dezembro de 2002

“Somos o que fazemos. No dia em que fazemos, realmente existimos; nos outros, apenas duramos.”

Padre Antônio Vieira

Rua 14 de Julho, 204-Vila Santa Dorothéia  
Campo Grande-MS-CEP 79004-392-PABX: (67) 3345-9000

Diretor  
Rafael Vallér  
Editor-Executivo  
Gabriel Neris  
editor@oestadoms.com.br  
Opinião  
leitor@oestadoms.com.br  
Política  
Danilo Galvão  
politica@oestadoms.com.br  
Cidades  
Daiany Albuquerque  
cidades@oestadoms.com.br

Esportes  
Leandro Abreu  
esportes@oestadoms.com.br  
Economia e Agronegócios  
economia@oestadoms.com.br  
Artes e Lazer  
Thais Pimenta  
arteelazer@oestadoms.com.br  
Fotografia  
Saul Schramm  
fotografia@oestadoms.com.br  
Arte  
pagnacao@oestadoms.com.br  
Coordenação de pauta  
Súzan Benites

ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (67) 3345-9050 A CIDADE É SUA, O PROBLEMA É NOSSO: cidadeesua@oestadoms.com.br

### OPINIÃO DO LEITOR A RESPEITO DA EDIÇÃO DE ONTEM

1 Coletivamente, a manchete de ontem:

“Rodrigo Janot abre investigação e ameaça cancelar delação da JBS”

Foi: 75% muito importante | 10% pouco importante  
25% importante | 0% sem importância

2 Os textos da primeira página continham algum exagero em relação às páginas internas?  
0% SIM | 100% NÃO

3 A charge da edição de ontem foi:

75% interessante | 10% indiferente  
10% pouco interessante | 5% não viu

4 Qual foi a notícia mais importante?

“Rodrigo Janot abre investigação e ameaça cancelar delação da JBS”

5 Dê a sua avaliação à edição de ontem:  
80% ótimo | 20% bom | 0% regular | 0% ruim

Comercial | (67) 3345-9030-comercial@oestadoms.com.br-comercial01@oestadoms.com.br-gerentecomercial@oestadoms.com.br

Circulação | Atendimento ao assinante: (67) 3345-9050 circulacao@oestadoms.com.br

Representantes | Brasília-DF - LC Comunicação e Marketing-SEPS 709/909 lote D sala 215 edifício Fape-CEP 70390-095 Assa Sul-Tel.: (61) 3711-8712/3443 0462-e-mail: comercial@lcm.com.br | Rio de Janeiro-RJ-Planejamento Negócios de Mídia Ltda. Avenida Rio Branco, 45, sala 11/15-Tel.: (21) 2263-6468 | São Paulo-SP-Planejamento Negócios de Mídia Ltda.-Avenida Jandira, 667-Bairro Moema-CEP 04080-004-Tel.: (11) 2985-9444